

PRESIDENTE DA AIP NA COMEMORAÇÃO DO 186º ANIVERSÁRIO

Políticas públicas não favorecem a competitividade das empresas

Dimensionamento empresarial, política fiscal e legislação laboral, três dos fatores que condicionam a competitividade das empresas, foram os tópicos que mereceram a reflexão de José Eduardo Carvalho, na sessão comemorativa do 186º aniversário da Associação Industrial Portuguesa. O evento decorreu no Centro de Congressos de Lisboa e contou com presença do ministro da Economia e do Mar e de 270 gestores e empresários.

O presidente da AIP começou por ser claro nas prioridades das empresas: “As exigências e os inputs do movimento associativo ao sistema político devem ser colocados com maior ênfase e grau na política económica do que na política pública. Saturamos a nossa agenda com exigências de mais pedidos de apoios financeiros, mais pedidos de subvenções, mais incentivos. Por vezes parece que desvalorizamos a principal prioridade: exigir ao poder político que deixe as empresas ganhar dinheiro. A prioridade dos inputs deve recair nos fatores da política económica que condicionam os resultados de exploração das empresas”, afirmou.

De acordo com José Eduardo Carvalho, “A forma como os países adaptam o mercado laboral à revolução tecnológica em curso influencia os seus níveis de crescimento e desenvolvimento. Os que lideram ou melhor se adaptaram a esta rutura foram os que flexibilizaram a contratação e o despedimento, ou que conseguiram conciliar esta equação com a segurança no percurso profissional”. Nesse sentido, e uma vez que, “todas as alterações que até agora ocorreram na legislação laboral vão sempre no sentido da rigidez e da reversão das medidas introduzidas durante o período do resgate financeiro, não podemos fingir que não vemos o alcance de algumas cláusulas que foram introduzidas na agenda do trabalho digno”, defendemos que “a descentralização das negociações sociais para o interior das empresas, mesmo que se possa evoluir para uma eventual partilha e participação nalgumas áreas de gestão por aqueles que lá trabalham, e que todas as formas de organização do trabalho, carreiras e mobilidade, horários e períodos de trabalho, modelos de remuneração devam ser acordados através de mecanismos de concertação interna nas



“Por vezes parece que desvalorizamos a principal prioridade: exigir ao poder político que deixe as empresas ganhar dinheiro”, afirma José Eduardo Carvalho.

empresas”.

Referindo-se à semana dos quatro dias, o dirigente da AIP considera “muito apropriado e defensável que, se uma empresa, independentemente do setor, tiver uma cultura organizacional e de trabalho propícia a esta tendência, taxa de rendibilidade, EBITDA e conta de exploração que permita reduzir de forma significativa o horário e o período de trabalho, pode e deverá fazê-lo, decorrente de acordos de concertação interna”. “Muito diferente é a adoção desta medida de forma transversal a toda a atividade económica e futura incorporação nas cláusulas das Convenções Coletivas de Trabalho”, assegurou.

“Obsessão regulatória e legislativa”

Para José Eduardo Carvalho “há uma obsessão regulatória e legislativa que interfere na gestão das empresas e que transforma tendências/valores ainda não consolidados na sociedade e na economia em preceitos just-laborais” e antevê que “esta imposição transversal estará a curto/médio prazo no pipeline e no circuito legislativo. Porque, infelizmente isto está no ADN da produção legislativa do nosso sistema político. É uma medida com forte aceitação pública e com capital eleitoral. Ninguém da oposição política com ambições de alternância de poder se irá opor”.

O presidente da AIP defendeu que “dependerá das empresas e das suas associações colocar bom senso e moderação nestas tendências legislativas e também evitar que a adesão das

empresas seja feita através de recompensas e discriminações positivas no acesso a apoios, incentivos e condições de contratação pública”.

Política fiscal penaliza lucro, poupança e trabalho

Referindo-se à questão fiscal, José Eduardo Carvalho lembrou que “temos tido muita dificuldade em conseguir alterações a uma política fiscal que penaliza lucro, poupança e trabalho e em que a excessiva carga fiscal é suportada por 4300 impostos e taxas e muitas delas com suporte legal discutível”. Recordou ainda que “todas as recomendações e sugestões para ultrapassar os problemas da litigância fiscal e a morosidade do contencioso tributário são ignoradas: transição voluntária para os tribunais arbitrais, limitação temporal dos juros compensatórios, aceitação voluntária por parte da AT da jurisprudência, evitando o contencioso, e reintrodução do regime de caducidade das garantias”.

E foi perentório: “Eventuais reduções do IRC não podem ser feitas à custa de aumento dos custos de exploração das empresas”. “Em matéria fiscal não temos conseguido satisfazer as ansias e expectativas do tecido empresarial. Nem mesmo o reforço do balanço das empresas pela retenção dos resultados tem sido alcançado. Por isso é que não foi muito pacífico aceitar que os ganhos de causa no IRC conseguidos no acordo de rendimentos, tivessem como contrapartida uma valorização salarial de 20% em quatro anos, e uma redução do leque salarial nas empresas”. Salientou ainda compreender que “é muito difícil contrariar na concertação social algumas propostas e posições governamentais. É um espaço desequilibrado. Também comungo a ideia que nas matérias fiscais e laborais mais sensíveis, os governos tomam sempre as ‘dores’ dos sindicatos”.

Redimensionamento das empresas

Sobre o outro tópico eleito para a sua intervenção, José Eduardo Carvalho lembrou que a AIP desde há muito que “de forma insistente considera o redimensionamento como

“Excessiva carga fiscal é suportada por 4300 impostos e taxas e muitas delas com suporte legal discutível”

uma das medidas fundamentais para reforçar o crescimento da economia. E até sugerimos que deveria haver requisitos de dimensão mínima para se ter acesso a determinadas subvenções ou sistemas de incentivos, nomeadamente nos domínios da internacionalização ou da inovação. Isto forçaria a celebração de acordos de cooperação ou consolidação empresarial”.

Finalizou com uma nota positiva: “vemos com agrado que são cada vez mais os que defendem as operações de redimensionamento por fusão (através da incorporação ou concentração) e aquisição, e a necessidade de serem fomentadas e apoiadas por financiamento e estímulo fiscais”.

A sessão comemorativa do 186º aniversário contou ainda com intervenções de Filipe Anacoreta Correia, vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sobre “A Estratégia de Lisboa: Inovação e Dinâmicas Empresariais”, e do economista José Félix Ribeiro, sobre o tema “O Atual Contexto Internacional: Perspetivas para as Economias Europeias”. No painel “O Novo Paradigma Económico e os Desafios para as Empresas Portuguesas” participaram António Correia, CEO da PwC, Joana Ferraz da Costa, administradora da Iberfar, Sónia Calado, administradora da DRT - Moldes e Plásticos, David Mota, CEO do Grupo Luis Vicente, Paulo Jorge Ferreira, reitor da Universidade de Aveiro, e João Nuno Palma, vice-presidente do Millennium bcp.

Laboratórios Azevedos, Millennium bcp e empresário Joaquim Matos galardoados

A empresa associada Laboratórios Azevedos, que completa 250 anos em 2025, e que exporta 90% da produção para os cinco continentes, foi distinguida com a medalha de ouro da Associação. Igual distinção foi atribuída ao Millennium bcp, o maior banco privado nacional, e que mais apoiou as empresas durante os períodos de ajustamento e da pandemia. Com a medalha de prata da Associação foi agraciado o empresário da Marinha Grande, Joaquim Matos, fundador de um grupo de quatro empresas do setor dos moldes e plásticos que exporta para mais de 50 mercados. Pedro Oliveira, ex-colaborador da AIP que prestou uma dedicação de 40 anos de trabalho na área financeira foi também agraciado com a medalha de prata da Associação.

As distinções foram entregues por António Costa Silva, ministro da Economia, Pedro Ferraz da Costa, presidente da Assembleia Geral da AIP, José Eduardo Carvalho, presidente da Direção, e Vítor Neto, vice-presidente da Direção.

